



## Curso Pregão Eletrônico Lei 10.520

**O Pregão, diferentemente das outras modalidades licitatórias, está previsto na Lei nº 10.520/02, lei esta que surgiu para complementar a Lei nº 8.666/93**

Para que a Administração Pública possa exercer suas atividades com eficiência e eficácia e para o bom funcionamento do interesse público é necessário que ela se provenha de bens e serviços fornecidos por terceiros. A Administração Pública não pode realizar a compra ou contratação de serviço de maneira discricionária sem obedecer a determinadas regras, e portanto, se faz necessário a utilização prévia de um processo seletivo formal para que se possa chegar a melhor opção de contrato, bem como tornar mais claro e ético o processo da engrenagem pública. Isto porque não se pode deixar ou livre arbítrio do administrador os contratos públicos sob pena de desmoralização e risco de corrupção visto que uma margem como a que se pode antever daria ampla liberdade para que isto pudesse de fato ocorrer.

Desta maneira vale-se a Administração Pública do Procedimento licitatório. Instituto jurídico que precede o próprio contrato e visa a escolha da melhor proposta para a aquisição de bens e serviços por parte da Administração Pública. Mitigando os riscos já mencionados e dando a oportunidade de que várias propostas distintas possam ser feitas para que, respeitando o princípio da isonomia entre os participantes, se possa escolher a melhor proposta dentre as demais.

A forma eletrônica do pregão está regulamentada pelo Decreto nº 5.450/05 e tem por base o uso de tecnologia de informação, utilizando-se a **internet** para atingir sua finalidade. Dispensa-se, portanto a presença física do licitante na sessão, pois a disputa acontece de forma **virtual**, bastando, portanto, apenas que os licitantes estejam acessando a internet de qualquer lugar do mundo, desde que estejam devidamente credenciados para tal. Portanto, isto torna o Pregão Eletrônico uma forma mais célere e menos dispendiosa de Licitação, além é claro de tornar o processo mais transparente, pois o processo fica de fácil acesso na internet, podendo ser visto em qualquer tempo.



## Objetivos

Permitir aos agentes públicos, principalmente aos responsáveis pela área de compras, fiscais de contratos, controle interno, assessores jurídicos, fornecedores e demais profissionais envolvidos na licitação, via pregão eletrônico, uma visão teórica e prática do procedimento de contratação governamental.

## Público alvo

Fornecedores, agentes públicos, principalmente aos responsáveis pela área de compras, fiscais de contratos, controle interno, assessores jurídicos e demais profissionais envolvidos na licitação.

## Benefícios

Ao concluir esta capacitação o participante irá:

- Estar apto, através de uma visão teórica e prática, para interagir com todos procedimentos de contratação governamental;
- Obter conhecimento de todo o processo/procedimento e legislação sobre Licitações e Contratações Administrativas;
- Ter uma visão detalhada sobre todas as implicações da (LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014) que altera a Lei Complementar 123/2006 de ME e EPP nas licitações públicas;
- Aprender a executar as compras diretas sem licitação (Dispensa / Inexigibilidade);
- Ter excelente aprofundamento a respeito do Sistema de Registro de Preços (SRP);
- Adquirir excelente conhecimento sobre o pregão presencial e eletrônico bem como sobre negociação em licitações;
- Conhecer toda a documentação necessária para participação em licitações, bem como para o registro cadastral em órgãos públicos; ficará a par dos principais e mais embasados recursos administrativos utilizados nas licitações;
- Obter conhecimento nas regras de *compliance* da administração pública;
- Estar totalmente informado sobre os contratos administrativos e sua gestão.



## **Metodologia de ensino**

Ação educacional com forte conteúdo prático.

### **Níveis de Avaliação**

Reação: nível de satisfação dos participantes em relação à ação educacional aplicada logo após o seu término.

### **Formas de Avaliação da Aprendizagem**

Avaliação do tipo Formativa com função de orientar, corrigir, informar sobre a aprendizagem do participante da ação através de feedbacks.

## **Pré-requisitos**

Não há pré-requisitos específicos.

## **Material Didático**

- Apostila contendo os slides;
- Apostila resumo dos tópicos;
- Estudos de caso;
- Uso de flip-chart.

## Conteúdo Programático

Unidade	Objetivo	Conteúdo
1	<b>INTRODUÇÃO A LICITAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Finalidade da Licitação;</li> <li>▪ Objetivo;</li> <li>▪ Legislação: Visão geral e aplicabilidade;</li> <li>▪ Princípios da Licitação;</li> <li>▪ O que, Por que, Quem, Deve licitar?</li> <li>▪ Quem não pode participar da Licitação?</li> <li>▪ Processo Administrativo Interno (Fase Preparatória);</li> <li>▪ Fase Externa ou Executória;</li> <li>▪ Infrações e Sanções em Licitações – com as alterações da Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013.</li> </ul>
2	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolha da modalidade de licitação;</li> <li>▪ Descrição do objeto;</li> <li>▪ Elaboração do Termo de Referência.</li> </ul>
3	<b>AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A aplicabilidade das normas licitatórias da LC 123;</li> <li>▪ Lei Complementar Nº 147, de 7 de agosto de 2014.</li> </ul>
4	<b>O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conceito;</li> <li>▪ Quando Realizar um SRP?</li> <li>▪ Características;</li> <li>▪ Não cabe SRP;</li> <li>▪ Atores no SRP;</li> <li>▪ A Ata de Registro de Preços;</li> <li>▪ Órgão Carona (Extraordinário).</li> </ul>

<p>5</p>	<p><b>MODALIDADES DE LICITAÇÃO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Exceções: Dispensa e Inexigibilidade;</li> <li>▪ Pregão Presencial / Eletrônico: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Conceito e Aplicação;</li> <li>○ Prazo de Publicação;</li> <li>○ Limites de Compra;</li> <li>○ O termo: “bens e serviços comuns”;</li> <li>○ Fundamentos Jurídicos;</li> <li>○ Principais diferenças entre o pregão presencial e o pregão eletrônico;</li> <li>○ Análise e identificação de possíveis melhorias nos processos de contratação;</li> <li>○ Proposta de implementação imediata de sistema para realização de pregões eletrônicos;</li> <li>○ Elaboração e padronização de requisições, termos de referência e editais;</li> <li>○ Capacitação de servidores para condução de pregões eletrônicos e processos administrativos;</li> <li>○ Instruções para gestão e fiscalização de contratos;</li> <li>○ Instruções para gestão de compras, visando a otimização de recursos públicos.</li> </ul> </li> </ul>
<p>6</p>	<p><b>ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Publicação do Decreto Nº 9.488, em 30/AGOSTO/2018 e seus efeitos imediatos e a médio e longo prazos;</li> <li>▪ Recentes alterações legislativas em caronas;</li> <li>▪ Publicação do Decreto Nº 9.412/2018 em 18/06/2018 e seus reflexos;</li> <li>▪ Inclusão na Lei Nº 8.666/2018, de ampla Aplicabilidade;</li> <li>▪ Alteração no teto do valor para dispensa da Licitação;</li> <li>▪ Alteração da Lei 13.303/2016 que dispõe do estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</li> </ul>



Veja também ->

[Curso Teórico e Prático de Licitação e Pregão, Contratos Administrativos](#)

---

---

*Material desenvolvido para o treinamento em parceria com o GrupoTreinar. É proibida a cópia deste conteúdo, no todo ou em parte, sem autorização prévia.*

---

